

Corpos cartográficos, Mobilidade, Terra e Resistência Cotidiana na Expropriação Minerária de Comunidades Rurais em Conceição do Mato Dentro – MG¹.

Natália Neme Carvalhosa

PPGAS/Museu Nacional /UFRJ

Palavras-Chave: Resistência; Mobilidade; Sinestésias

Este trabalho se propõe através das seguintes perguntas: como os aspectos sensoriais permitem contribuir para o entendimento das representações do território em contextos de expropriação minerária no campo? Frente às medidas que tornam invisíveis e homogêneas as formas de ocupações tradicionais da terra, que outras narrativas são possíveis de evidenciar e de que forma elas contribuem para o entendimento das resistências à mineração?

As resistências em tela se inserem em uma condição de dominação representativa do aumento massivo dos investimentos infraestruturais nas últimas décadas (HEREDIA, PALMEIRA & LEITE, 2010). Sob a confluência do agronegócio, mineração, indústria petrolífera e dos setores de construção, as dimensões dessas atividades empresariais de capital aberto no campo movimentam uma quantidade massiva de investimentos (MESSENIER, 2011). A orientação desses investimentos, inclusive por parte do Estado, suscita a implantação desses projetos como se fossem inexoráveis.

Com isso em vista, abordo parte das expropriações produzidas pelo Projeto Minas-Rio (PMR), proposto pela MMX Minas Rio Mineração S/A. e hoje dirigido pela Anglo American. Entre suas estruturas, destaco a construção de um mineroduto com 525 km de extensão, um dos maiores do mundo, atravessando 33 municípios mineiros e fluminenses. O projeto envolve desde a extração e tratamento de minério de ferro no estado de Minas Gerais, ao complexo industrial-portuário do Açú em São João da Barra, estado do Rio de Janeiro (BRANDT, 2007, p. 3 e 4). Dadas as suas dimensões, o PMR foi compartimentado estrategicamente em seu licenciamento como forma de reduzir as compensações socioambientais.

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020. GT 22- Cartografia Social, Megaempreendimentos, Conflitos Sociais e Povos e Comunidades Tradicionais. Coordenadores: Alfredo Wagner Berno de Almeida (UFRJ) e Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA)

Diversas pesquisas em torno da última década tem demonstrado o cenário desgastante de manipulação das informações e de imposições de categorias² nas instâncias deliberativas dos licenciamentos ambientais (BECKER, 2009; BECKER & PEREIRA, 2011; SANTOS, 2009, 2013; PEREIRA, BECKER & WILDHAGEN, 2013; PRATES, 2014; VIEIRA, 2015; ZUCARELLI & SANTOS, 2014; FERREIRA, 2015; ZHOURI, A. et al., 2016; ZUCARELLI, 2018; ANTONIETTI, 2019). A relação estreita entre iniciativa privada e poder público são basilares para esse *modus operandi*³. Nesse contexto, emergiram organizações de resistência contra os ocultamentos da mineradora aos impactos sobre os territórios, no que Santos (2013) denomina de “zonas de sombra e não informação”⁴. Entre as formas de resistência, ressalto o Fórum Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Conceição do Mato Dentro - Fórum CMD (BECKER, 2009, p. 340). Esse fórum obteve apoio do Movimento pelas Serras e Águas de Minas (MOVSAM) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), na produção de diversos conteúdos de denúncia, na mediação com os poderes públicos locais e para solicitar audiências públicas.

Posteriormente, o Fórum CMD foi fragmentado pela ação do prefeito local em 2007. Depois os conceicionenses formaram uma Comissão dos Atingidos para produção de documentos e diálogos com o poder público. Com as compras sorrateiras de fazendas por intermediários⁵, negociações individuais fomentando conflitos entre famílias, vizinhanças e comunidades, ocorria o agravamento do quadro socioambiental com as obras de instalação da mina entre 2009 e 2010 (ZUCARELLI, 2018). Neste último ano, a Caravana dos Atingidos pela Vale esteve em Conceição do Mato Dentro, além disso, ocorria o estreitamento com associações civis⁶ e movimentos regionais localizados ao

² Como a de “atingidos emergenciais” dividindo a mobilização entre os atingidos, já que uma parte das pessoas ficaria de fora das compensações.

³ Sobre isso, Santos e Milanez (2019) apontam para o conceito de “porta giratória” de Arellano-Yanguas para explicar a mobilidade de profissionais entre empresas privadas e cargos públicos (ARELLANO-YANGUAS, 2016 Apud SANTOS&MILANEZ, 2019, p.81).

⁴ Sob esse *modus operandi* minerário ocorre a construção de uma “legalidade engendrada por discursos e saberes autorizados” na condução dos licenciamentos, a partir de um discurso técnico que invisibiliza as comunidades (SANTOS, 2013, p.100 e 103).

⁵ Os primeiros indícios da chegada da empresa são relatados pelos lavradores a partir de 2006. Alguns deles afirmam que um intermediário comprou as principais terras de interesse para a mineradora e depois teria repassado para a empresa Borba Gato Agropastoril. Esses intermediários chegavam como compradores de interesse próprio e tentavam criar amizade com os grandes proprietários de terra.

⁶ Cita-se também a participação de atingidos em conselhos deliberativos como o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio e na Unidade Regional Colegiada (URC) Jequitinhonha. O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG) também passa a ser chamado pelos atingidos para dar suporte às reuniões deliberativas em torno dos problemas de licenciamento (ZUCARELLI, 2018, p.81).

longo da Bacia do Rio Santo Antônio (ZHOURI, GENEROSO & CORUJO, 2016, p.354-355 Apud ZUCARELLI, 2018, p.80).

Motivado por diversas denúncias, o Ministério Público Estadual, articulado com o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, propõe a formação da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA) com o objetivo de evitar a judicialização dos conflitos (VIEIRA, 2015, p. 151; ZUCARELLI, 2018, p.96). As expectativas dos atingidos com a atuação dos Ministérios Públicos e Defensoria foram se perdendo, pois os encaminhamentos das reuniões seguiam em descumprimento por parte da empresa. Em busca de maior autonomia para organizarem suas reivindicações, os atingidos rompem com a REASA em 2014 e fundam a Rede de Acompanhamento por Justiça Ambiental (REAJA). Entre as ações da REAJA, destaca-se a elaboração de um documento que listava as pendências por parte da empresa que não haviam sido encaminhadas pelos órgãos licenciadores e pelos operadores do direito (ZUCARELLI, 2018, p.123). Ademais, ocorreram também, entre os anos de 2015 e 2017, as viagens internacionais de denúncia: ao Vaticano, à reunião dos acionistas da Anglo American em Londres e à ONU, em Genebra (PRATES, 2017; ZUCARELLI, 2018).

Dada a contextualização, a seguir, relacionarei os resquícios coloniais do “mundo compartimentado” no núcleo rural à mobilidade produtiva essencial para reprodução social dos lavradores. A partir disso, mostrarei, no tópico seguinte, os significados sinestésicos que se engendram nos *movimentos de roça* e como esses costuram práticas coletivas do que definem de *vida na roça*. Com isso, então, apresento a relação desses significados sendo mobilizados no contexto assimétrico específico da expropriação minerária com a resistência cotidiana simbólica. Por fim, trago alguns apontamentos sobre como as referências sensoriais e mnemônicas, que transpõem diferentes temporalidades, contribuem para o entendimento das representações do território e para as cartografias sociais.

O “mundo compartimentado” a área rural

A área rural de Conceição do Mato Dentro é marcada por uma configuração mais geral de terras entre proprietários de fazendas e um campesinato afrodescendente que se fixa relativamente a partir da agricultura de subsistência após as crises da mineração colonial. Esses *lavradores e lavradoras*, como assim se denominam, organizam sua subsistência a partir de um conjunto de deslocamentos entre: as fazendas, para a produção

de milho, feijão, mandioca - sob o regime de plantio da meia ou da terça -, as terras de herança familiar e as terras ou *sítios* que continham a unidade doméstica dos lavradores – quando essas eram separadas das terras familiares. Em suas terras, produziam também mandioca e, mais raramente, pequenas quantidades de milho e feijão. Plantavam hortaliças o ano inteiro, além de cultivarem árvores frutíferas em seus quintais como bananeiras, pés de carambola, de pitanga, de limão, de goiaba e também cana de açúcar, que serviam de matéria prima para a confecção dos doces vendidos pelas lavradoras no mercado de Conceição do Mato Dentro ou nas festas da Igreja Católica como a do Jubileu, uma das maiores na cidade (CARVALHOSA, 2016). Também cultivavam o arroz, que se antes era plantado em brejos, com o tempo passou a ser plantado no mesmo período de plantio do feijão e em locais mais altos e secos, no meio do milho.

Alguns lavradores tinham pequenas criações de animais como porcos, gado, cabras, galinhas, outros realizavam comércio de éguas, burros de tropas e café (SANTOS, 2009). Ter animais de carga ou trabalhar com meia e terça permitia que os lavradores apresentassem uma relativa autonomia com os fazendeiros. Ao contrário daqueles que envolviam o cuidado de gado, em que o lavrador trabalhava sob as ordens do fazendeiro. Apesar de se definirem como *lavradores* e *lavradoras*, desempenhavam outros tipos de trabalhos como os de pedreiros, carpinteiros, marceneiros, peões, parteiras, donas de casa, produtoras de doces e o de tropeiro “aposentado” (CARVALHOSA, 2016).

As condições de acesso, uso e posse da terra no local apresentam suas diferenciações conforme Almeida (2008) observa sobre as terras tradicionalmente ocupadas. O fato de apresentarem um histórico de ocupação tradicional, não significa que sejam homogêneas em uma única forma de uso do território. Há uma predominância dos *terrenos em comum*, isto é, das terras de famílias que vivem em domínios comuns sem uma partilha formal entre os herdeiros. Porém, isso não significa a existência de uma produção agrícola em comum entre os familiares, nem que a herança se constitua sempre e necessariamente sobre terras de tempos imemoriais. Eram frequentes os casos de lavradores que foram adquirindo porções de terras separadamente do domínio comum de terras familiares e principalmente após o casamento. Desse modo, o cultivo não se realizava somente nas terras conjuntas familiares. Esse aspecto caracteriza uma complexidade ainda maior na administração do tempo e da produção pelos lavradores. O domínio comum era estabelecido através de acordo verbal entre os parentes e, assim, mantido sob uma correspondência de dons e obrigações e sem inventários. No caso de serem iniciados, muitas vezes não eram concluídos. Algumas famílias conseguiram uma

autonomia maior de viver em sua própria terra de herança familiar⁷ ao longo do tempo, muitas vezes pelas filiações com fazendeiros. Outrora encontrei *lavradores e lavradoras* que teriam vivido essa transição entre a morada dos pais em fazendas para posterior compra de terras próprias. Havia também famílias que viviam em terras cedidas por fazendeiros no local, em relações de morada⁸ que vinham desde seus pais, não apresentando terras próprias. Ademais, as relações de compra e venda de terras entre os lavradores eram baseadas em uma noção de confiança, conhecimento e parentesco (CARVALHOSA, 2016).

Fruto do resquício colonial de um “mundo compartimentado” (FANON, 1961), apoiado nas desigualdades raciais e sociais, as diferenças de acesso à terra, em relação aos fazendeiros, obrigavam os lavradores a se moverem constantemente para manutenção de suas famílias. Para existir era preciso *andar pelas terras*, produzir complementarmente entre elas, constituir os mutirões de trabalho na roça. Através de suas narrativas sobre os *movimentos de roça* pude então entender as diferentes formas de uso e posse de terras em questão. Com o entendimento dessas nuances de posse da terra entre os lavradores e com o conhecimento da prática em não inventariarem as terras, a mineradora seguia com as negociações individualizadas, produzindo os conflitos familiares. *Terrenos em comum* eram negociados como se fossem terras individuais, negociações diferentes entre situações similares com vizinhos e comunidades geravam mais partições nas relações de vizinhança. Somado a isso, uma fazenda vendida representava o fim do trabalho de plantio de meia e terça de diversos lavradores simultaneamente, além dos outros tipos de trabalhos nas fazendas, como na produção de queijo e cuidado com gado. A venda das

⁷ Terras de herança, conforme define Almeida, abrangem domínios titulados, tornados espólios que permanecem indivisos, há várias gerações, sem que se proceda ao formal de partilha ou que seus títulos tenham sido revalidados através de inventários que, consoantes disposições legais, teriam de ser realizados quando da morte do titular de direito, a fim de transmiti-los a seus herdeiros legítimos (ALMEIDA, 2008[1989]:147 e 154).

⁸ Embora esse caso não se trate especificamente de um contexto de engenhos de cana nordestino, inspiro-me aproximativamente na observação da retribuição permanente entre morador e proprietário analisada por Palmeira (2009) na relação social de morada, para entender o contexto de dominação pessoal entre fazendeiros e lavradores em CMD. O autor mostra que morar envolve um conjunto de relações sociais mais complexas do que a ideia de “habitar” do contexto urbano. Morar significa ligar-se a um engenho e de uma maneira muito particular, mesmo se tratando da propriedade de uma usina. Assim, ser um morador não se trata de uma definição como trabalhador rural ou camponês, mas torna-se morador de um engenho singular quando se estabelece um “contrato” que o liga à dominação pessoal ao senhor de um engenho. Outro ponto importante é que o trabalhador potencial, antes de se tornar um morador, busca antes mesmo de pedir trabalho, uma casa, mas não qualquer casa, uma casa de morada, uma casa que permita seu sustento e de sua família. Conforme mostra o autor, sendo um morador que recebe trabalho (morador de condição) ou morador que recebe terra (morador-foreiro), tudo o que o morador produzir cai total ou parcialmente dentro do ciclo da retribuição permanente do morador ao proprietário por uma dívida eterna e eternamente renovada por essa mesma retribuição (PALMEIRA, 2009, p.207-206).

fazendas foi o primeiro indicativo mais real para os lavradores sobre as mudanças que passariam a viver com a mineradora, para então lidarem com a falta de água, contaminação dos rios, fim de nascentes, mudança de percursos que faziam para andar pelas propriedades, entre outras.

Diante desse cenário de fragmentação das relações, das descrenças nos espaços deliberativos com a mineradora como *teatro armado*, da mudança na paisagem com as instalações da mineradora, os lavradores montavam narrativamente a circulação deles e de seus parentes em gerações anteriores em locais que já eram quase irreconhecíveis. Nessas experiências, evocadas também de gerações passadas, traziam sempre uma noção delas ainda presentes, contar era reviver os acontecimentos⁹ e dá-los continuidade. A categoria que se revelava nessa simultaneidade temporal era a *vida na roça*.

Vida na roça, mobilidade e corpos cartográficos

A *vida na roça* era uma categoria que surgia sempre em situações narrativas do que frequentemente denominavam como *sofrido*, relacionadas à *luta* diante das constantes adversidades que viviam. Mas o *sofrido* sempre vinha contraposto em seguida pelo que diziam ser *bonito*. Esse paradoxo da *vida na roça* era narrado e acontecia enquanto experiência a partir do que denominavam *movimentos de roça*, isto é, o conjunto de deslocamentos e atividades que os lavradores realizavam para produzirem entre os sítios, retiros e as fazendas. Aqui, essa forma de se movimentar constrói uma tessitura de relações¹⁰ que não estão apenas sobre um espaço físico, mas constituem o próprio lugar. Corpo, movimento e narrativas se engendram e se criam enquanto um modo de viver e interpretar o mundo¹¹. Ao se movimentarem para os trabalhos nas roças, atualizam seus laços de obrigação, fazem o “mapeamento” (COMERFORD, 2003; 2014) das famílias, das ocupações e usos das terras, das hierarquias matizadas entre os lavradores e relações que seguem em constante transformação.

Assim, os *movimentos de roça* dos concepcionenses cabem ser entendidos para além das noções de deslocamentos resumidos ao binômio partida e chegada, mas pensados através de conceitos que ajudam a entendê-los diluídos em outros conjuntos de fenômenos (PALMEIRA & ALMEIDA, 1977). A abordagem da mobilidade, desse modo, não se dá

⁹ Inspiro-me aqui em (CARNEIRO, 2010) sobre os *causos*.

¹⁰ Ou uma malha/ meshwork de Henri Lefebvre (1991: 117– 118) e que Ingold (2011, p.84) a toma emprestada.

¹¹ Aqui tenho como referência os trabalhos de Comerford (2003; 2013) Carneiro (2010), Dainese (2011, 2016)

como uma “entidade distinta”, mas a partir do cuidado com “categorias e teorias espontâneas do social”, é um valor em si mesma (Ib, Ibidem)¹². Os deslocamentos são entendidos para além do espaço físico, é qualificado social, econômica, política e culturalmente (SAYAD, 2000). Podem ser entendidos enquanto parte de “sentimentos” que mantém vivo o senso de comunalidade, enquanto forma de celebração da ancestralidade (SCHLECKER, 2005). Ou enquanto *locus* simbólico de produção de valores, relevantes para entender a criação da experiência de manutenção e da viabilidade comunitária (MUNN, 1992). Desse modo, um olhar atento a essa angulação da mobilidade pode relacionar categorias de espaço, tempo, valores morais e subjetividades.

Pesquisas em diferentes regiões de Minas Gerais¹³ mostram que as narrativas produzidas com e pelo deslocamento são experiências significativas para os moradores das localidades rurais que estudam (CARNEIRO et al, 2015). A cuidadosa observação dos movimentos cotidianos fornece as bases dos tipos de narrativas que se engendram nesse contexto e tudo o que fazem tem em vista a vigilância moral e a narrativa como horizonte. Assim, as narrativas têm duplo sentido: são levadas em conta, ao mesmo tempo em que narram (COMERFORD, 2015, p.31). Em outras palavras, conhecer, se movimentar e descrever não são operações separadas, são como “facetas paralelas de um mesmo processo – o da própria vida. É pelo movimento que conhecemos e é pelo movimento também que descrevemos” (INGOLD, 2011, p.12).

Nessa situação em que se torna recorrente o que denominam de “deslocamento *in situ*” (FELDMAN et al.,2003; ZHOURI et al., 2013), em que pessoas são expropriadas de suas condições de produção e permanecem no local imobilizadas é possível observar uma sobreposição espaço-temporal de narrativas que se justapõem existencialmente: o “lugar para onde se desloca” (no caso, *in situ*) é fabricado a partir da “recriação da imagem do seu lugar de origem” (WEITZMAN, 2015). Para uma parte das famílias que não foram reassentadas e permaneceram nos locais atingidos pela mineração, essa projeção temporal é feita através das narrativas como forma de mostrarem a dignidade desse modo de viver.

Para os concepcionenses, os *movimentos de roça* estavam intimamente ligados aos longos deslocamentos para trabalhos que poderiam durar dias nas fazendas, já que as

¹² Diversas etnografias têm percorrido essa proposta, mostrando a complexidade de leituras que essa perspectiva permite abarcar. Nos meios, entre a partida e a chegada, o *mundo* e o *trecho*, a *cultura da andança* (GUEDES, 2012), os *mapeamentos de parentesco* (COMERFORD, 2003), os *causos* (CARNEIRO, 2010), as *chegadas, visitas e ajudas* (DAINESE, 2011; 2016) mostram os deslocamentos como *um espaço de existência que vai além de uma simples inscrição espacial* (WEITZMAN, 2015).

¹³ Refiro-me aos trabalhos compilados no livro *Giros Etnográficos em Minas Gerais: Casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo*, organizado por Comerford, Dainese e Carneiro (2015).

áreas de cultivo nem sempre eram próximas das unidades domésticas dos lavradores. Ao contarem sobre esses movimentos, os lavradores mapeavam as fazendas e respectivas localizações dos cultivos que realizavam, assim como faziam as gerações anteriores. Tais fazendas eram situadas pelos nomes dos fazendeiros e mais raramente pelo nome do distrito. Se o roçado era uma atividade mais rápida, o plantio demandava mais tempo e gerava a necessidade de os agricultores dormirem na roça, podendo ficar entre cinco e vinte dias, só saíam quando terminavam o plantio ou a colheita. As *camas pé-de-vara*¹⁴ ou as *tarimbas*¹⁵ marcam esse período. Ou então construíam ranchos, estruturas de madeira com cobertura de sapê, na qual se abrigavam da chuva, pernoitavam e cozinhavam, dentro das fazendas¹⁶. Contos sobre enchentes no rancho, por chuvas intensas, rememoravam os dias em que não conseguiram trabalhar. Para outros, o plantio de feijão possuía estruturas que permitiam dormir embaixo, como o *estaleiro*, o *lugar de bater o feijão*.

Além de dormir no local de plantio e suas adversidades, com chuvas, enchentes e cobras, a roça também se constituía de sons e a sanfona é lembrada constantemente como um marco dos *movimentos de roça*. Alguns dos sanfoneiros eram de cidades vizinhas e suas identificações vinham com seus nomes acompanhados da indicação da cidade de origem, quase como um sobrenome. Muitas festividades de cidades vizinhas, principalmente aquelas promovidas pelas igrejas católicas, produziam movimentos aos concepcionenses e encontros. Outra forma dos sanfoneiros serem convocados para tocar era através de festas nas fazendas, onde circulavam o melado de cana, a rapadura com queijo e a cachaça produzida nas próprias fazendas. Tocar nesse assunto com os lavradores e lavradoras causava sempre um rebuliço entre eles, com gargalhadas e histórias animadas, mas entre elas, o paradoxo da roça sempre despontava: *Oh Cícero! Como que é Cícero? Eu vou um sofrer aqui... Sofrer, dançar e sofrer! Ah, eu queria ta sofrendo até hoje!*¹⁷ Outro som que marcava a roça, além da sanfona, era o carro de boi que cantava na madrugada, durante *a luta para puxar o milho*. Esse canto é definido por Roque como uma *tradição*:

Mas a luta nossa era no puxar o milho, no carro de boi, no cargueiro, nas madrugada, aqueles carros cantando que tinha uma coisa que eu não vou ver mais nunca. (...) porque o carro fazia um barulho, um ruído que eu não sei. Aquilo é a tradição. Mas eu escutava distância longe. Ai, eu já sabia até o carro

¹⁴ Esteiras em que cabiam até três pessoas, usadas pelos trabalhadores da lavoura para dormir.

¹⁵ Armações de madeira fincadas no chão, onde deitavam em cima, como um estrado.

¹⁶ Essas estruturas são memorizadas também por abrigarem o encontro entre tropeiros, na época em que ainda atuavam.

¹⁷ Roque em diálogo com seu irmão Cícero durante uma *conversa* em 2015.

de quem que é que vinha, que o carro de boi tava cantando. Eu conhecia os cantado separado. Quando estava puxando milho ou café, o que tiver puxando lá, aí já sabia (Roque Souza. Entrevista gravada, 2015).

Além dos sons e das intempéries da chuva, na *roça* também tinha o frio. O balaio em que o tropeiro levava suas mercadorias foi para alguns, durante a infância, local para dormir aquecido. A maior parte dos lavradores destaca que antes não usava e nem tinha calçado para colocar nos pés, *era tudo descalço, era frio*. Parte significativa dos lavradores vivem na Serra da Ferrugem ou ao redor da mesma, local em que o inverno costuma ser rigoroso, onde os fornos a lenha tornam-se fontes indispensáveis de calor e a ausência de calçados é sempre lembrada como parte das experiências do frio na *roça*. Um dos lavradores me contou a experiência marcante em sua infância de que, após uma noite, por volta dos meses de maio e junho, na *época da “ranca” de feijão*, ao acordarem no rancho perceberam que: *amanheceu gelo, a água esfriou tanto que amanheceu gelo em cima dos baldes*. Tomar conta de filho de fazendeiro, para proteger contra os bichos na mata, era uma tarefa que envolvia também enfrentar o frio ao voltar a pé, descalço, no mato da fazenda para também estudar. *Luta* essa que fez um dos lavradores que entrevistei vislumbrar sua partida da *roça*. Os *lavradores*, em torno dos 49 anos quando entrevistei, viveram a transição dos que não usavam calçado para os que começaram a usá-lo.

O corpo também é parte em um dos tipos de mutirões de *pisar o barro para barrear a casa*¹⁸, realizados para a construção de casas de pau-a-pique nas comunidades locais. A casa era levantada com bambu. O barro, a ser usado para preencher a estrutura da casa, era preparado através de um buraco no chão em que colocavam água e deixavam-na por dois dias e então pisavam *o barro* e começava o trabalho de *barrear a casa*:

Aí chegava dois, três, quatro, umas dez pessoas, pisavam o barro. Fazia a terra e fazia o barro. Aí cada um pegava uma bola de barro assim oh. Aí um do lado e um do lado e outro do outro. Aquilo era farra, que fazia de conta que ia jogar no buraco aí jogava no outro, jogava o barro lá no peito, na cara. Ficava tudo cheio de barro o dia inteiro. Bebia as cachaças e fazia aquela farra. Matava galinha. Aquilo ali era... você tem que ver como é que era. (...) Aí passava o dedo e como ele esfregava o barro e passava o dedo pra lá e pra cá assim. Pra depois ir e tampava, com bosta de boi e cinza que era o cimento. Era a cola. (Roque Souza. Entrevista gravada, 2015).

Participar dessas atividades coletivas desde novo já demonstrava aos demais que se tinha *curiosidade* e que, portanto, não se teria o desprestígio de ser um *preguiçoso* e de

¹⁸ Barrear a casa era a denominação dos mutirões realizados para a construção de casas de pau-a-pique nas comunidades locais.

se excluir da rede de solidariedade entre os demais lavradores. A prática de *barrear a casa* era basilar para a manutenção das relações de vizinhança e da rede de “dons” e “obrigações”¹⁹ entre os lavradores. *Barrear a casa*, portanto, não era uma atividade isolada, mas um indicativo do que Marcelin (1996) trabalhou enquanto uma “configuração de casas”, é parte de uma tessitura de expectativas morais comunitárias²⁰. Da mesma forma ocorria com a produção agrícola pelas chamadas *trocas de dia*, no *amansar burros*, nos direitos de uso da terra e dos demais recursos naturais, assim como nos pequenos gestos de trocas de café e lanche durante o plantio nas roças. Dessa forma, *todo mundo plantava e colhia sem precisar gastar um centavo do bolso*. Essa estratégia era fundamental tanto no sentido de produzirem, mesmo sem condição de pagar mão-de-obra para o plantio e também no sentido dos encontros sociais, que firmavam laços de “obrigação”. Esses laços também passavam de pai para filho, assim, os lavradores mais velhos e que já não *aguentavam trabalhar* costumavam enviar seus filhos para substituí-los na *troca de dia*.

A *vida na roça*, portanto, não é simbolizada apenas como os espaços em que plantam e colhem milho, feijão, mandioca, hortaliças e frutíferas, mas é também uma categoria que se comunica através do corpo, mobiliza uma totalidade sinestésica de movimentos entre as terras, das práticas de dormir nas fazendas, das intempéries de chuva e das enchentes, dos sons, do frio, do andar descalço, das trocas de dias, dos mutirões, das aventuras e *lutas* como um todo. Os trabalhos e as dificuldades eram frequentemente relacionados ao termo *luta*, “como um aspecto da dignidade e do valor de quem, ao buscar cumprir as responsabilidades em relação à sua família, enfrenta todo tipo de dificuldade” (COMERFORD, 1999, p. 19).

O que está em questão são narrativas que buscam destacar os valores que seguem passados adiante, mesmo com as transformações que já viviam em curso e que remetem à uma coletividade moral em constante movimento. É nesse sentido que seus corpos são mediadores desse processo mnemônico de mapeamento dos *movimentos de roça*. Os aspectos da *luta* e do *bonito* na coletividade da roça são tecidos por memórias sensoriais

¹⁹ Cf. MAUSS ([1872-1950] 2003, p.183-314).

²⁰ Marcelin, em sua etnografia no recôncavo baiano, aborda a casa enquanto um fato social, situando-a no cerne do sistema simbólico que funda as redes sociais que a contextualizam. Sua preocupação se dá principalmente com as condições de emergência da casa, com as práticas sociais que a constroem e são construídas por ela (MARCELIN, 1996, p79). A história das casas é, em grande parte, a história dos modos das relações que as concretizaram e as mantiveram numa configuração d’enjeux (MARCELIN, 1996, p.91). Ademais, o que distingue a casa enquanto representação é o lugar que ela ocupa no imaginário e na prática familiar, no cotidiano dos que a habitam, do comprometimento enquanto suporte.

engendradas nas relações que se atualizavam nos movimentos. O corpo vivo é costurado no tecido do mundo, assim como o mundo habitado é senciente, de forma que “o próprio modo de produção é um caminho percorrido”, os movimentos são uma condição de ser, de se tornar. (INGOLD, 2011, p.12).

Quando Ingold afirma que “caminhar é em si uma forma de conhecimento”, busca romper com uma separação sedentarizante moderna da cognição e da atividade perceptiva, da “divisão entre cabeça e calcanhares”, defendendo inclusive que a locomoção e não a cognição é que deve ser o ponto de partida para o estudo da atividade perceptiva (INGOLD, 2011, P.46). Se o movimento é o que funde a percepção corpórea ao meio ambiente, então se percebe o meio ambiente quando se movimenta (INGOLD, 2011, p.88), através dos *movimentos de roça*, dos pés descalços, dos sons e demais sinestésias que mapeiam a *vida na roça* em suas relações e obrigações. Faz todo o sentido, desse modo, responderem à impossibilidade de se movimentarem diante da tomada das terras com a constatação: *Fora daqui não sei andar*. Pois o que está em tela não é se mudar para um pedaço de terra arbitrário, uma superfície material com formas congeladas, trata-se de um rompimento existencial do movimento, uma condição de ser, de se tornar no mundo.

Nessa perspectiva, a percepção sensória é um ato cultural e também físico. Os sentidos não são somente meios de apreender os fenômenos físicos, são também “avenidas para a transmissão de valores culturais”, são meios pelos quais as pessoas “dão sentido ao mundo”, a sensação corporal e o valor cultural estão mutuamente envolvidos (HERZFELD, 2014, p. 294 a 300). Assim, em vez de pré-conceber os “atingidos” de uma forma homogênea, levar a sério o que seus corpos medeiam e comunicam enquanto engendramento dos movimentos nos permite entender o contexto interpretativo em que as categorias não só são mobilizadas, mas explicam visões de mundo em diferentes formas de habitá-lo.

As barreiras impostas pela empresa e pelos governantes locais às reivindicações de compensação aos atingidos produziram uma leitura particular dos lavradores sobre suas próprias experiências (GEERTZ, 1978). Esses passam a disputar categorias e a organizar suas biografias da *vida na roça* ressaltando, a partir de seus valores, a dignidade da *vida na roça*. Essas organizações das biografias não envolvem uma formulação natural, desinteressada, mas um processo de construção de acordo com a estrutura social em que se encontram (BOURDIEU, 1996). Suas falas marcavam as diferenças do *ethos* da *vida na roça* diante do processo expropriatório veloz desencadeado pela mineração,

organizando uma composição de recordações, uma média em que toda a perda e todo abuso se fundem num único todo (THOMPSON, 1988. p.65). Esse todo que se funde é o que lhes permite afirmar que, mesmo diante das adversidades da *luta da vida na roça, eram felizes e não sabiam*. O fato de as narrativas se apresentarem como uma resposta à imobilização pela expropriação minerária, de os deixarem *presos, amarrados no toco*, nos permite uma leitura pela chave analítica da resistência cotidiana aos conceicionenses. A resistência cotidiana não é qualquer coisa que os camponeses fazem para se manter, envolve o entendimento do sistema de dominação e repressão no qual estão inseridos, são contextos de desvantagem estrutural, de sujeição à repressão, embora a resistência cotidiana não exclua totalmente a possibilidade da ocorrência de ações diretas. Entre seus aspectos, cabe destacar o que o autor denomina como “resistência cotidiana simbólica ou ideológica” (SCOTT, 1976; 2002)²¹. No caso dos conceicionenses, as ações diretas encontravam uma forte barreira por seguranças da mineradora, que circulavam constantemente pelas terras locais, bem como pela polícia e poder público local. Algumas das histórias dos *movimentos de roça* que colhi, por exemplo, foram narradas durante a ocupação de uma família sobre suas próprias terras que haviam sido tomadas pela mineradora, após negociar com apenas um dos familiares. Um tempo depois de minha partida eles foram despejados mais uma vez.

As narrativas sensoriais dos *movimentos de roça* são uma reação ao longo período de apagamentos e homogeneizações produzidos pelas categorias impostas²² nas instâncias formais de licenciamento e pela violência física incorporada pelos seguranças da mineradora. Diante de tanto desgaste, afirmar a dignidade dos *movimentos de roça* e da forma de viver na roça tornou-se uma forma de não se deixarem subsumir diante dessa “utopia minerária” que tenta apagar corpos²³ em seus relatórios de impacto ambiental, para que não se responsabilizem monetariamente sobre as expropriações. O sentido de

²¹ Que podem ser a “fofoca, as injúrias, a rejeição de categorias impostas, o questionamento e afastamento da deferência” (SCOTT, 2002. P. 24).

²² A exemplo da definição de “atingidos emergenciais” gerando fragmentações nas mobilizações.

²³ Tomo como referência a discussão sobre o corpo utópico e as heterotopias de Foucault (2013). O autor aborda como utopia as diferentes formas de apagamento do corpo. “A utopia é um lugar fora de todos os lugares, mas um lugar onde eu teria um corpo sem corpo. Ex: o país das fadas, dos duendes (...)” E há também uma utopia, segundo Foucault, que é “feita para apagar os corpos”, é o país dos mortos, a exemplo das grandes cidades utópicas deixadas pela civilização egípcia. As múmias seriam a utopia do corpo negado e transfigurado, “a múmia é o grande corpo utópico que persiste através do tempo” (FOUCAULT, 2013, p.8). Já as heterotopias são lugares utópicos onde essas utopias se manifestam enquanto espaços: “No entanto, acredito que há – e em toda sociedade – utopias que tem um lugar preciso e real, um lugar que podemos situar no mapa; utopias que tem um tempo determinado, um tempo que podemos fixar e medir conforme o calendário de todos os dias”. (Ibidem, p.19).

uso da terra tecida como parte das linhas de uma existência enquanto movimento, torna-se uma espécie de “heterotopia” sob o *ethos* minerador, que busca monetizar uma dimensão existencial coletiva. A terra é uma malha de memórias sinestésicas. Esse *ethos* passa a tratar a terra como mercadoria e a descola da tradição e do todo para aderir ao indivíduo. Ela deixa de ser da ordem da moralidade, coisa que também é da pessoa, para ser da ordem da racionalidade, objeto radicalmente separado da pessoa (WOORTMANN, 1990), fruto do que Kopenawa (2015) chamaria da “paixão pela mercadoria”, a fonte de desencantamento do mundo e da “queda do céu”.

Corpos cartográficos

As reflexões etnográficas aqui reunidas se conectam com a “Nova Cartografia Social” pelas dimensões epistêmicas das práticas de pesquisa, principalmente no que concerne aos aspectos descritivos das narrativas dos mapeamentos sociais. Os corpos cartográficos são trazidos enquanto uma pergunta, justamente porque a resposta mais completa a isso só poderia ser experimentada enquanto uma construção conjunta com os concepcionenses²⁴, respeitando a agência deles na definição do que é relevante constar no mapa, em outras palavras, compreendendo o aspecto dinâmico e inventivo do processo de produção cartográfica em sua “criatividade descritiva” (ALMEIDA, 2013, p.172).

No caso concepcionense, os corpos atuam enquanto meios de mapeamentos sociais na construção de uma resistência às expropriações minerárias. No processo narrativo, os lavradores evidenciam “suas modalidades próprias de uso dos recursos naturais e seus atos e modos intrínsecos de percepção de categorias (tempo, espaço)” (Ibidem p.157). Esses modos intrínsecos de percepção de categorias sensoriais da *vida na roça* chamam atenção a um aspecto relevante para se pensar a produção de cartografias sociais, o da multidimensionalidade. Tais categorias nos desafiam, por exemplo, a pensar sobre como representar as diferentes dimensões temporais reunidas narrativamente. Os concepcionenses nos revelam elementos sensoriais que remetem também a relações que aconteciam mais fortemente em gerações anteriores e que consideram importante trazer

²⁴ CF. Santos (2018). No ano de 2017, foi realizada uma oficina de Cartografia Social organizada pelo GESTA/UFMJ e a REAJA enquanto parte do Programa Nova Cartografia Social da Amazônia. O boletim informativo resultante da atividade pode ser acessado em: < <https://cutt.ly/1gvtRJf> > Acesso em: 30/08/2020.

em suas falas, no sentido de reivindicar uma legitimidade da ocupação da terra. Ao mesmo tempo em que tais narrativas são a própria atualização dos eventos.

O mapa “São Dâmaso: Vida, morte e (re)existência de um bairro” realizado pelo grupo de pesquisa e extensão Panoramas Urbanos, da universidade Federal da Bahia (UFBA) em conjunto com com moradorxs integrantes da Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH), no centro histórico de Salvador, traz uma abordagem tridimensional em termos temporais. Em uma área que possui mais imóveis vazios do Centro Histórico de Salvador, o mapa emerge enquanto uma resistência ao resultado das reformas do Centro Histórico de Salvador, promovidas pelo governo do Estado da Bahia desde 1993. Mais especificamente, refuta a Sétima Etapa do Pelourinho, que teria interrompido a vida do bairro e o cotidiano dos moradores. Ao buscarem capturar a diversidade de tempos e suas imbricações nas narrativas dos moradores, encontraram um formato de “janela” para representá-las no mapa: quando fechado, expõe como é o território no momento em que fazem o mapa; ao ser aberto em uma de suas abas, apresenta o passado do bairro; e na segunda aba do mapa apontam como desejam que seja no futuro, com as reivindicações dos moradores aos poderes públicos. Além da disponibilização virtual, o mapa físico foi construído sobre uma base de madeira com dobradiças em um formato interativo.²⁵

A multidimensionalidade simultânea temporal das narrativas demanda o que Almeida (2013) se refere como “uma descrição etnográfica que não implica automaticamente num tempo linear”. Concomitantemente ao que se desafia à linearidade da descrição etnográfica, na situação concepcionense, se desafia também o universo voltado à predominância da visualidade. Herzsfeld (2014) levanta que, possivelmente, as dificuldades sobre as formas de representar diferentes dimensões sensoriais teria também dado continuidade à sobreposição da visualidade e os sentidos das partes superiores do corpo aos sentidos inferiores, subsumindo outras referências sensoriais como o tátil, o paladar à uma ideia de selvageria. Nesse sentido, refletir como incorporar essas referências trazidas pelos povos tradicionais, ainda que na visualidade dos mapas, seria também ampliar as formas de representação das memórias e dos sentimentos de legitimidade, bem como as múltiplas dimensões da terra, de um território que também é

²⁵ Para mais informações sobre o processo de construção do mapa:

<https://www.panoramasurbanos.com.br/processo-saodamaso> Acesso em: 29/09/2020. Para acessar o mapa virtual: <https://www.panoramasurbanos.com.br/saodamaso-dentro> Acesso em: 29/09/2020.

sensorio. Os mapas podem atuar também como projeções para o que desejam perante às reivindicações de reassentamento, no sentido de que explicar que não basta uma superfície qualquer de terra para se estar sobre, o que está em jogo, o que se opõe enquanto uma “politização do tradicional” (ALMEIDA, 2013, p. 169), nesse caso dos concecionenses, são aspectos mais profundos das consequências expropriatórias. O que constitui a produtividade dessa terra são as relações socioculturais nas suas multidimensões temporais e sensoriais, indo além de um saber agrônomo de plantar e colher. Se podemos falar de uma aproximação da cartografia à poesia (ALMEIDA, 2013, p.164), cabe destacar a sensorialidade que a poesia também proporciona. Reconhecer esses aspectos é também dar visibilidade às expressões poéticas dos concecionenses em suas narrativas e na construção das representações de seus territórios.

Considerações Finais:

O trabalho apresentou como a interrupção da mobilidade produtiva das comunidades rurais concecionenses pela mineração, em suas assimetrias estruturais, produziu narrativas que baseiam uma resistência cotidiana do tipo simbólica. Os núcleos dessas narrativas estavam nos diversos significados mobilizados nas categorias da *vida na roça* e que se realizavam enquanto experiências dos *movimentos de roça*. Seus acionamentos contextualizavam as incorporações dessas formas de viver através de referências mnemônicas e sensoriais.

Foi mostrado que esses elementos corpóreos traziam múltiplas dimensões temporais e sensoriais para retratar as atividades que produziam uma coletividade moral existencial na relação com a terra, desde os mutirões de plantio aos de *barrear a casa*. Nessas relações de obrigação e afetos, os lavradores produziam as bases do sentimento de legitimidade de seguirem ocupando as terras e de reivindicarem as reparações à interrupção dessa forma coletiva de ser em movimento. Ao mesmo tempo, essas categorias sensoriais mapeavam socialmente as nuances dos usos e ocupações das terras, também percebidas e utilizadas enquanto parte das estratégias de fragmentação das relações de vizinhança e do sistema de amizade concecionense pela mineradora.

Aproximando-nos da relação entre cartografias sociais e poesia, mostramos que os aspectos sensoriais dessa forma existencial de se movimentar e produzir dos concecionenses nos permitem ampliar modos de representação do território através de

uma perspectiva multidimensional do tempo e dos diferentes sentidos do corpo mobilizados nas narrativas. Ao mesmo tempo, essas expressões de territorialização contribuem para evidenciar que as reparações e reivindicações em jogo não se contemplam com formas compensatórias, quando existem, que tratam a relação com a terra enquanto uma superfície utilitária e monetizada para plantio e colheita. Suas formas de representação apontam chaves para as reivindicações constantemente invisibilizadas nas instâncias formais de licenciamento, mostrando tessituras de resistências que não se limitam às ações diretas, mas são basilares para a conformação das diversas expressões que se opõem identitariamente ao *ethos* minerador. As expressões da territorialização concepcionense mostram uma coletividade moral e produtiva enquanto forma de enfrentar as consequências produzidas pelo “mundo compartimentado” colonial, que reconhece os aspectos da desigualdade, da *luta* cotidiana, mas que insiste em mostrar as belezas, a poesia existencial da *vida na roça*, que é *sofrida, mas bonita*, enquanto uma forma de refutar as categorias que tentam impor uma homogeneização e invisibilidade dessa existência coletiva em movimento.

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2.^a ed, Manaus: PGSCA-UFAM, 2008 [1989].192 p. _____ . Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social. Org. ALMEIDA, A.W.B.; JUNIOR, E.A.F.: Manaus: UEA Edições, 2013. p.157 -173.
- ANTONIETTI, Yasmin Rodrigues. “Eu já fui Arrancado de Vários Lugares. Arrancado. E ainda tenho um pedacinho e para eu sair de lá eu vou ter que sair arrancado também”. Extrahección e Resistência em Conceição do Mato Dentro (MG). UFMG/UNIMONTES. Montes Claros, 2019.
- ACSELRAD, Henri et al. Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará & Fundação Heirinch Böll, 2004, p. 13-35.

BECKER, L. C. & PEREIRA, D. O Projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentado: a grande mina em Conceição do Mato Dentro. In: FERNANES, F. R. C, ENRIQUEZ, M. A. R. S, & ALAMINO, R. C. J. (eds). Recursos minerais e sustentabilidade territorial. Brasília: MCT-CETEM, 2011.

BECKER, Luzia Costa. Tradição e modernidade: o desafio da sustentabilidade do desenvolvimento na Estrada Real. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA, D.; BECKER, L.; WILDHAGEN, R. Comunidades atingidas por mineração e violação dos direitos humanos: cenários em Conceição do Mato Dentro. Revista Ética e Filosofia Política, 16(1): 124-150. 2013.

BOURDIEU. P. A Ilusão Biográfica in: Razões Práticas: Sobre a Teoria da ação. Tradução: Mariza Correa. Campinas, SP: Papyrus. 1996.

CARNEIRO, Ana Cerqueira. O “Povo” Parente dos Buracos: Mexida de Prosa e Cozinha no Cerrado Mineiro. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ, 2010.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Mapa dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais (mesorregião Campo das Vertentes). XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CARSTEN, J. The Heat of the Hearth.: The Porcess of Kinship in a Malay Fishing Community. Oxford University Press. New York. ([1997] 2004).

CARVALHOSA, Natália. "Fora Daqui Não Sei Andar": Movimentos de Roça, Transformações Sociais e Resistência da Honra em Comunidades Rurais de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. PPGSA/IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, 2016.

COMERFORD, John Cunha. Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais de Organizações Camponesas. Relume Dumará, Rio de Janeiro. 1999.

_____. Como uma Família. Sociabilidade, Territórios de Parentesco e Sindicalismo Rural. Rio de Janeiro, RelumeDumará/Nuap. 2003.

_____. Vigiando e narrando: sobre formas de observação. Revista de antropologia, São Paulo, USP, v. 57 nº 2. 2014.

_____.; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle (orgs.). Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, conflito, comida, prosa, política, festa e o diabo. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras.2015.

DAINESE, Grazielle. Chegar ao cerrado mineiro: hospitalidade, política e paixões. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2011.

_____. Movimento e Animação das Festas, Visitas, Andanças e Chegadas. Mana. Mana, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 641-669, Dec. 2016. Disponível em: encurtador.com.br/gxAK1. Acesso em 14 de setembro de 2020.

FANON, Franz. Os condenados da terra. Editora ULISSEIA limitada: Lisboa. Trad. de Serafim Ferreira, 1961

FERREIRA, Luciana da S. S. “O QUE A GENTE QUER É JUSTIÇA”: Conflito, mobilização e a luta por justiça dos atingidos pela mineração nas reuniões da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA), em Conceição do Mato Dentro/MG. Monografia apresentada ao curso de graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

FELDMAN, Shelley, GEISLER, Charles & SILBERLING, Louise. Moving Targets: Displacement, Impoverishment and Development. In. International Social Science Journal, v. 55, 175, 2003, p. 7-13.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar. 1973.

GUEDES, André Dumans. O trecho, as mães e os papéis: etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás. 1ª ed. São Paulo: Garamond, 2013. 456p.

PEREIRA, Denise. C.; BECKER, Luzia. C. & WILDHAGEN, Raquel. O. Comunidades atingidas por mineração e violação dos direitos humanos: cenários em Conceição do Mato Dentro. Revista Ética e Filosofia Política. n. 16. Vol. 1., Junho de 2013.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 25, n. 74, Out.2010. Disponível em: encurtador.com.br/jvPV7. Acesso em 14 de setembro de 2020.

HERZFELD, Michel. Antropologia: Prática Teórica na Cultura e na Sociedade. Trad. Noeli Correia Sobrinho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

INGOLD, Tim. Being alive. Essays on movement, knowledge and description. London: Routledge. 2011.

MARCELIN, Louis H. 1996. A Invenção da Família Afro-Americana: Família, Parentesco e Domesticidade entre os Negros do Recôncavo da Bahia. Tese de Doutorado. PPGAS, Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Ensaio sobre a Dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas [1872-1950]. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p.183-314.

MESSENTIER, Allan. A Estratégia do Capital no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mimeo, 2011.

MILANEZ, Bruno. MANSUR, M.S. WANDERLEY, L.J. Financeirização e o mercado de commodities: uma avaliação a partir do setor de mineral. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 15, n. 1, pág. 104-125, jan-jun 2019.

MILANEZ, Bruno. SANTOS, Rodrigo S.P. Mineração e Captura Regulatória: a estratégia da Anglo American em Conceição do Mato Dentro (MG), Brasil. In: Dossiê Como desaparecem os lugares: mineração e resistências populares na América Latina. Org.: Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior; Edgar Talledos; Samarone Carvalho Marinho. Revista Pós Ciências Sociais - Repocs/Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. São Luís: EDUFMA, 2019. v.16, n.32, ago./dez. p.69-91.

MUNN, Nancy. The fame of Gawa. A symbolic study of value transformation in Massim society. Duke University Press Books, 1992, 352p.

PRATES, Clarissa Godinho. Mineração em Conceição do Mato Dentro: uma análise da REASA como instância de 'resolução' de conflito. Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Socioambientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

_____. Efeitos Derrame da mineração, violências cotidianas e resistências em Conceição do Mato Dentro-MG. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais. Montes Claros, 2017.

PALMEIRA, Moacir. [1977]. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. In: WELCH, C.A. et al.. (ogs). Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. P. 203-215.

_____; ALMEIDA, Alfredo W. B. A invenção da migração. Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste (Relatório de Pesquisa). Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ (mimeografado), 1977.

PIT-RIVERS, J. A. [1971]. Un pueblo de la sierra: Grazalema. Alianza editorial. Madrid, 1989.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. Não se pode proibir comprar e vender terra: Terras de ocupação tradicional em contexto de grandes empreendimentos. In: ZHOURI, A. e VALENCIO N. Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.143-165, 2014.

_____ et al. Impactos da mineração na região de Conceição do Mato Dentro. Projeto Internacional de Pesquisa Cidade e Alteridade: Convivência Multicultural e Justiça Urbana. Belo Horizonte, 2013.

SANTOS, A.F., FERREIRA L.S. & PENNA, V.V. Supposed Impacts, Real Violence: the construction of reality in the implementation of the Minas-Rio Project. In: Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology, v. 14, n.2. Brasília, ABA, p.159-183, August 2017. Disponível em: <http://vibrant.org.br/downloads/v14n2/Capitulo5.pdf>. Acesso em: 30/08/2020.

SAYAD, Abdelmalek. A Imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 2000.

SCHLECKER, Markus. Going Back a Long Way: ‘Home Place’, Thrift and Temporal Orientations In Northern Vietnam. Journal Royal Anthropological Institute. (N.S.) 11, 509-526, 2005.

SCOTT, James Campbell. *The Moral Economy of the Peasant. Rebellion and subsistence in southeast Asia*. New Haven: Yale University, 1976.

_____ [1986] *Formas da Resistência Camponesa*. Trad. Tradução: Marilda Aparecida de Menezes e Lemuel Guerra. In: *Raízes*. Vol. 21, Nº 01, jan.–jun./2002.

THOMPSON, E.P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra. 1988.

TILLY, Charles. *From Mobilization to revolution*. New York: Random House, 1978. “Introduction”, pp 1-11; cap.5 “Changing forms of collective action”, pp. 143-171.

VIEIRA, Larissa Pirchiner de Oliveira. *O Projeto Minas Rio e a Mineração em Conceição do Mato Dentro/MG: Uma análise a partir dos discursos, dos conflitos e da resistência*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte. Escola de Arquitetura da UFMG, 2015.

ZHOURI, Andrea. OLIVEIRA, R. MOTTA, L. D. *Forced Development and Multiple Displacements: Places Confronting Dams*. Paper presented at the XXXI International Congress of the Latin American Association (LASA). Washington D.C - EUA, 2013.

WEITZMAN, R. *Mineiros no Morro dos Prazeres: Trajetórias marcadas pelo fluxo entre a roça e a cidade*. In: Comerford, J. Daianese, G. & A. Carneiro (orgs.), *Giros etnográficos em Minas Gerais: conflito, casa, comida, prosa, festa, política e o diabo*. Rio de Janeiro: 7 Letras: Faperj, 2015.

WOORTMANN, Klass. *Com parente não se neguecia - O campesinato como ordem moral in Anuário Antropológico/87*. Editora Universitária de Brasília/ Tempo Brasileiro, 1990.

Documentos Técnicos

BARCELOS, E. (Coord.). *O Projeto Minas-Rio e seus impactos socioambientais. Olhares desde a perspectiva dos atingidos. Relatório preliminar*. Minas Gerais - Rio de Janeiro, dezembro de 2013. Produzido no âmbito do Encontro de Intercâmbio das Comunidades em Resistência ao Projeto Minas-Rio. Disponível em: <https://agburbana.files.wordpress.com/2014/03/dossic3aa-minas-rio-final.pdf>. Acesso em: 30/08/2020.

BRANDT Meio Ambiente Ltda. Estudo de Impacto Ambiental - Lavra a céu aberto para produção de 56 milhões de toneladas por ano, tratamento de minério de ferro e infraestrutura de produção. Nova Lima-MG, setembro de 2007.

SANTOS, A. F. M. Informação Técnica nº 05/2010, elaborada para o Ministério Público Federal, acerca do processo de licenciamento do empreendimento minerário em Conceição do Mato Dentro, MG. Ref.: PAC Nº 1.22.000.000563/2009-21. Maio, 2010.

SANTOS, A. F. M. Informação Técnica nº 03/2009 elaborada para o Ministério Público Federal, acerca do processo de licenciamento do empreendimento minerário em Conceição do Mato Dentro, MG. Novembro, 2009.

SANTOS, A.F.M. (Coord.). Boletim Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências / Atingidos pelos projetos Minas – Rio: comunidades a jusante da barragem de rejeitos. – N. 11 (out. 2018) / Coordenação da pesquisa: Ana Flávia Moreira Santos. – Manaus: UEA Edições, 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/1gvtRJf>> Acesso em: 30/08/2020.

Sítios eletrônicos

O processo de confecção do mapa “São Dâmaso: Vida, morte e (re)existência de um bairro”: <<https://www.panoramasurbanos.com.br/processo-saodamaso>>

Acesso ao Mapa “São Dâmaso: Vida, morte e (re)existência de um bairro”:

<<https://www.panoramasurbanos.com.br/saodamaso-dentro>>